

Entrevista com Jacob Carlos Lima

Por Artur Perrusi
e Teresa Cristina Furtado Matos

Jacob Carlos Lima ingressou no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS/UFPB em 1982. Participou ativamente das atividades da pós-graduação, tendo sido coordenador do PPGS em duas ocasiões: 1994-996 e 2002-2004. No atual momento, atua junto a Capes como membro do comitê de avaliação da área de Sociologia. Dada sua importância local e nacional, com um pé na produção acadêmica e outro na organização científica e administrativa da sociologia brasileira, a P&T realizou uma entrevista com o professor, versando sobre a história do PPGS, sua inserção regional, bem como sobre políticas de financiamento e avaliação das Agências de Fomento no Brasil. Vinculado a UFPB até 2004, atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Carlos.

1. Jacob, por que e como surgiu o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)?

O PPGS, então Mestrado em Ciências Sociais (MCS), surgiu em 1979 por iniciativa de um conjunto de professores com interesses de pesquisa em temas como saúde, urbanização e, a partir de 1981, política e trabalho, que decidiram organizar um mestrado acompanhando a grande expansão da UFPB no período. Na segunda metade da década de 1970, a UFPB teve um rápido crescimento com a vinda de professores de todas as partes do país e mesmo do exterior, dentro do projeto de formação de um sistema federal de universidades. A UFPB foi privilegiada por contar em Brasília com o Prof. Lynaldo Cavalcanti¹, então presidente do CNPq, que facilitou esse crescimento. A UFPB chegou a ser a segunda ou a terceira maior universidade federal do país em termos de orçamento. A pós-graduação fez parte desse processo, não apenas com o MCS em João Pessoa, mas também o Mestrado em Sociologia Rural de Campina Grande de 1978. Desde o início a UFPB investiu pesadamente na qualificação dos docentes, enviando docentes para fazer seus mestrados e doutorados. Em 1982 começam a retornar doutores enviados ao exterior para titulação.

2. Qual era a posição do PPGS no quadro regional das ciências sociais no período de sua fundação?

Nos anos 80 existiu uma articulação entre os programas de pós do Norte-Nordeste que culminou, em 1985, na realização do “Seminário Movimentos Sociais, para além do rural e urbano” que se constituiu no primeiro CISO (como são chamados hoje os encontros regionais de ciências sociais). Nesse momento, o MCS já contava com diversos professores doutores recém titulados, ou realizando seus doutorados, ou já mestres, o que para o período era um diferencial importante. Esses professores rapidamente tornaram-se conhecidos nacionalmente através de publicações e participação nas redes nacionais de pesquisa, nos congressos, seminários, etc. Vale destacar os professores Rubens Pinto Lyra, Ana Maria Quiroga Fausto Neto, Lourdes

¹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi presidente do CNPq de 1980 a 1985.

Maria Bandeira, Deis Siqueira, Maria Carmela Buonfiglio, Mauro Koury, José Arlindo Soares, Maria Antonia Alonso de Andrade, Christian Azais, Theophilos Rifiotis, Simone Maldonado, entre outros. Entre a metade dos anos 80 e a década de 90 o programa competia com outros regionais e mesmo de outras regiões do país, tornando-se referência nacional.

3. Por que, inicialmente, era um programa de pós-graduação em ciências sociais?

Era de Ciências Sociais porque incluía não apenas sociólogos, politicólogos e antropólogos, mas também professores com formações próximas como direito, história e outros. A demanda pelo curso também era diversa, sendo que a maioria dos alunos não vinha de cursos de ciências sociais, mas complementavam sua formação no mestrado. Eram profissionais de saúde coletiva, história, comunicação social e outras áreas que não dispunham de pós-graduação no estado ou mesmo na região.

4. Existiam tensões disciplinares entre as áreas tradicionais das ciências sociais: antropologia, ciência política e sociologia?

As tensões disciplinares eram mínimas, até porque existiam poucos docentes com formação em antropologia ou ciência política. Lembrar que até a década de 80 os cursos de pós na área eram majoritariamente de sociologia ou ciências sociais; situação que se altera a partir da década seguinte. Mesmo os profissionais dessas duas áreas, em sua maioria, possuíam titulação (mestrado e depois doutorado) em Sociologia, como o caso dos professores José Arlindo Soares e Maria Antonia Alonso (que atuavam na Ciência Política) e Theophilos Rifiotis (na antropologia). Na graduação os docentes de sociologia atendiam as outras duas disciplinas, que eram em número reduzido. Lembrar que a graduação de ciências sociais da UFPB é de 1994 e até 1998-1999 quando a primeira turma é formada, não se alterou a composição do corpo docente por área.

5. Como era a pós-graduação, na área das ciências sociais, no Brasil? (avaliação acadêmica).

A área estava se ampliando e consolidando. Os doutorados, então restritos a São Paulo e Rio, começam a se expandir para o país, inicialmente em Brasília, a partir de 1985, e depois para os demais estados. Em 1987, tínhamos como opção de doutorado em Sociologia ou Ciências Sociais, a USP, a UNICAMP, a PUC-SP, o IUPERJ e a UNB. Não é por acaso que nossos primeiros doutores foram titulados no exterior.

6. Como era a política de recursos do MCS?

A Capes e o CNPq destinavam verbas aos programas conforme o número de bolsas, de alunos inscritos e do conceito do curso. Nós chegamos a B+ num momento em que a pontuação era de A a C, com os + e os -. Uma outra característica era o reconhecimento do curso. A universidade abria o curso que, posteriormente, era avaliado e reconhecido. O então MCS foi reconhecido (se não me engano) em 1993 (ou pelo menos renovado o reconhecimento que era por sete anos).

7. Por que o Programa tornou-se uma pós apenas de sociologia?

A avaliação da CAPES referente ao período de 1991-1993 apontou a inexistência efetiva das três áreas no curso. A Sociologia era dominante e as demais áreas entravam de forma secundária; até porque eram poucos os professores que atuavam na Política e na Antropologia. A sugestão feita pelo comitê [de avaliação] é que o curso fosse reformulado mantendo a Sociologia como titulação. Nessa reformulação, em 1995, criamos o PPGS, programa e não mais curso, já visando o doutorado, aberto cinco anos depois.

8. Na atualidade, quais são as diferenças regionais entre os programas de pós-graduação? (avaliação acadêmica)

A década de 90 resultou não apenas na multiplicação dos programas como da consolidação das políticas de avaliação, aumentando a competitividade em termos nacionais. Independentemente de gostarmos dessa avaliação, ela se constituiu num modelo único na América Latina, acoplada a uma política de financiamento de bolsas de estudo. O número de titulados aumentou geometricamente e, hoje em dia a carreira docente começa efetivamente com o doutorado na maioria das universidades. Isto implicou não apenas na melhoria da qualidade do ensino e da formação, mas também a profissionalização da carreira universitária. As diferenças regionais encontram-se na maior ou menor consolidação de uma cultura acadêmica. Cultura essa marcada pela participação nas redes de pesquisa, na atualização permanente, nas publicações, no envolvimento com o ensino, pesquisa e extensão. Algumas universidades ainda sofrem com um certo clima de “repartição pública” onde à carência de fontes de recursos para pesquisa, por exemplo, soma-se uma certa acomodação dos docentes, justificada eternamente por baixos salários, ou ideologicamente pela oposição contra o “sistema”, esquecendo que o “sistema” é composto por seus colegas de área que estabelecem, com grande abertura à participação, as regras de avaliação.

Outra variável importante é o envolvimento da equipe de docentes na proposta. No geral os programas funcionam bem quando possuem um grupo motivado e atuante. Isso ajuda a explicar, por exemplo, os momentos de ascensão e declínio de programas. Isso é claramente visível aqui no Nordeste, onde temos como exemplo a ascensão de novos programas como o da UFS e a perda de fôlego de outros.

Os programas do Sudeste se beneficiam do acesso de outras fontes de recursos, sem dúvida, mas atualmente, acredito, o Nordeste compete bem no contexto nacional.

9. Na sua opinião, quais as possibilidades e os limites de uma política de recursos para um programa de pós no Nordeste?

A Capes, o CNPq, A FINEP e outros órgãos de fomento vinculados a ministérios tem publicado com frequência editais voltados ao Norte e Nordeste. No CNPq, nas seleções de projetos de editais, o que ocorre numerosas vezes, é não ter projetos para disputar as verbas destinadas à região, que terminam indo para outras. As políticas existem, cabe irmos atrás das verbas e não ficarmos lamentando que não temos chances.

10. Qual sua avaliação da política acadêmica da Capes?

Como disse antes, o sistema de avaliação da Capes tem se aprimorado. Entretanto ainda é forte a hegemonia das chamadas áreas duras das ciências com seus critérios próprios, que influenciam pesadamente os mecanismos de avaliação que tendem a ser únicos.

Mas a área de humanas e sociais tem conseguido impor as especificidades de cada disciplina no estabelecimento dos critérios.

11. Qual sua opinião sobre a política de avaliação da Capes? Opinar sobre as tensões entre as áreas de conhecimento e os critérios de avaliação.

Minha avaliação é positiva, apesar de numerosos problemas. Mas nós, da sociologia, e não apenas, temos fóruns para discutir essas políticas (na ANPOCS, na SBS com os comitês) que tem resultado numa busca constante de aperfeiçoamento.